

31º Encontro Anual da ANPOCS

De 22 a 26 de outubro de 2007

Caxambu – MG

ST 18 - Estudos de gênero: teoria e pesquisa

Painel

Analisa Zorzi¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

A contribuição do Pronaf-Mulher para a transformação das relações cotidianas das agricultoras

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: analisazorzi@yahoo.com.br

Introdução

A discussão sobre os processos, experiências pessoais, coletivas e sociais e reflexões produzidos a partir do acesso a políticas públicas específicas emerge no contexto das avaliações dessas políticas. Questões como reconhecimento, redistribuição e empoderamento estão em pauta em boa parte das reflexões acadêmicas² nessa área de estudos, bem como também das dos grupos atingidos por elas³.

Longe de produzir consenso, as categorias expostas acima se constituem em recursos analíticos interessantes para a reflexão de experiências vivenciadas por pessoas ou grupos que se inserem em diferentes espaços de interação nas quais se viam excluídos anteriormente, no âmbito privado, na família, na comunidade e na interlocução com o Estado e com outros agentes sociais.

No caso da presente pesquisa, a perspectiva de análise está voltada para a discussão sobre Justiça de Gênero, tão cara ao movimento feminista ao longo de sua história, mesmo que tratada de diferentes maneiras.

Estudos como o de Carmen Deere e Magdalena Leon (2002) mostram a grande lacuna existente entre os direitos formais e a realidade da inserção de mulheres agricultoras como proprietárias de terras. Apesar da mudança na legislação de alguns países da América Latina visando o aumento da participação feminina como proprietária de estabelecimentos agrícolas, de fato isso não ocorre na proporção esperada e estabelecida na lei. Esse fato concreto provoca a reflexão do grande desequilíbrio que há entre os sexos em relação ao acesso a bens.

As autoras destacam a importância da conquista da primeira onda do movimento feminista na América Latina em relação à inserção da mulher casada no campo do direito a posse da propriedade. Já a segunda onda do movimento feminista provocou uma revisão e alteração dos códigos civis da maioria dos países latino americanos visando estabelecer o princípio igualitário, em termos legais, entre homens e mulheres. Estabelece-se, a partir de então, a premissa do compartilhamento da chefia da família entre ambos, delegando-lhes a

² GT08: Emancipação, Cidadania e Reconhecimento do XIII congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia realizado em Recife/PE em 2007.

³ Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

responsabilidade de representá-la e a administração da propriedade comum. No entanto, conforme as autoras:

Apesar disso, a obtenção de igualdade formal de direitos de propriedade não se tornou nada próxima da igualdade real de distribuição de bens entre homens e mulheres. Esta disparidade é provavelmente maior no que se refere aos direitos de propriedade da mulher rural e a sua posse e controle da terra (DEERE; LEON, 2002, p.28).

A afirmação das autoras ratifica-se pelos dados da ONU (segunda Conferência da ONU sobre a Mulher em Copenhague em 1990) sobre a distribuição da propriedade mundial. A estimativa mostra que a população feminina representa aproximadamente metade da população mundial, representando também um terço da força de trabalho oficial e fazendo dois terços do trabalho. No entanto, as mulheres ganham apenas um décimo da renda e possuem 1% da propriedade (DEERE; LEON, 2002).

A idéia, no presente artigo, é: 1) introduzir o debate sobre a situação da mulher na sociedade contemporânea; 2) discutir a contribuição de políticas públicas para a justiça de gênero e a construção de possíveis categorias para a análise dos processos construídos a partir da inserção de mulheres a uma política pública específica; 3) apresentar uma breve revisão sobre a inserção da mulher no processo de trabalho na agricultura familiar e os seus desdobramentos em termos de mobilização em busca de uma situação de igualdade; 4) refletir sobre o processo decorrente do acesso de agricultoras a uma linha de crédito específica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o Pronaf-mulher, tentando dimensionar a contribuição que essa política pública tem na transformação das relações cotidianas dessas mulheres.

A discussão sobre mulher na Sociedade Contemporânea

Com o intuito de contextualizar a problemática discutida no artigo, torna-se conveniente apresentar alguns elementos norteadores da discussão sobre a situação da mulher na sociedade e na pesquisa social.

A historiadora Joan Scott (1990) propõe estudarmos a categoria gênero em sua perspectiva histórica. Ou seja, conforme a autora, quando usamos uma palavra, uma idéia, temos que considerá-las a partir de seu significado, que é histórico. Logo, gênero constitui-se, para Scott, em uma categoria de análise histórica.

A partir dessa proposta, a autora mostra que o conceito deixa de ser utilizado no seu sentido gramatical, no qual acabava proporcionando uma identificação em termos de caracterização biológica, e passa a ser referenciado em função do caráter social das diferenças fundadas sobre o sexo.

Scott (1990) apresenta três posições teóricas que levam em conta a construção social das diferenças entre homens e mulheres ao longo da história. São elas: 1) a tentativa feminista de explicar as origens do patriarcado e, portanto, da subordinação das mulheres; 2) a tradição marxista, baseada principalmente nas críticas feministas, com base na divisão sexual do trabalho e 3) o pós-estruturalismo, que tem por objetivo explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Buscando superar os recortes analíticos propostos pelas diferentes correntes teóricas, a autora propõe que se deve examinar a categoria gênero em sua totalidade, ou seja, relacionando-a “*com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas*” (SCOTT, 1990, p.15). Com isso abre-se a possibilidade de articular as relações de gênero tanto na esfera da família, quanto da economia (mercado de trabalho), da educação e da política, entre outras.

Entre as marxistas, por exemplo, é possível destacar Zuleika Alambert (1980) e sua revisão acerca das principais correntes que trabalharam a questão da desigualdade de gênero e que propuseram caminhos para uma possível emancipação das mulheres. Sua análise abrange: a) as contribuições pré-marxistas; b) a contribuição dos clássicos (i.e., Marx e Engels); c) a contribuição de Lênin; d) a contribuição de Alexandra Kollontai; e) a contribuição dos marxistas modernos e f) a contribuição de outros partidos comunistas.

A autora destaca que, de um modo geral, essas correntes trazem a idéia de uma situação de subordinação da mulher na sociedade. O diferencial das correntes marxistas é relacionar essa posição com a condição socioeconômica⁴, que submete as mulheres à escravidão e à dependência econômica do pai e do marido. Portanto a discussão centra-se na sua exclusão no processo produtivo, indicando que a emancipação tem como condição preliminar a re-introdução do sexo feminino na esfera pública.

⁴ “A exploração do ser humano pelo ser humano e a supremacia do homem sobre a mulher têm, então, a mesma origem: a propriedade privada dos meios de produção e a inserção no processo produtivo social. A mulher, excluída de uma e de outro, permanece excluída da sociedade e oprimida na família, pertença ela à classe exploradora ou, com maior razão, se pertence à classe explorada”. (ALAMBERT, 1980, p. 109).

Isso pode significar não apenas uma mudança em termos econômicos ou a possibilidade de estabelecer um patamar melhor de acesso a bens materiais. A ampliação da inserção das mulheres no âmbito do mercado de trabalho, por exemplo, relaciona-se, também, à possibilidade da construção de outros espaços de interação e, conseqüentemente, de novas relações com diferentes sujeitos. Graças a isso, as mulheres engajam-se em novas experiências sociais, o que as leva a perceber e refletir de modo diferenciado suas vidas e sobre sua contribuição para o permanente reconstruir da realidade social.

Em contrapartida, Anita Brumer (1988) destaca a existência de conexão entre a posição das mulheres na esfera familiar e as ocupações que assumem na esfera do trabalho. Tendo em vista seu caráter de relevância na primeira e secundária na segunda, os estudos existentes mostram que não existe ruptura, no mercado de trabalho, na situação de subordinação que elas enfrentam na família. Essa situação comprova-se através de indicadores como ocupação em funções subalternas e salários inferiores aos dos homens.

Essa realidade pode ser percebida a partir não só da estrutura econômica da sociedade como também em seus aspectos culturais. Heleieth Saffioti (1976), tendo como objetivo apreender os principais mecanismos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe, excluindo boa parte das mulheres da estrutura ocupacional, analisa essa relação a partir de dois enfoques: o primeiro, relacionado à tradição que coloca a mulher na condição de desempenhar os papéis domésticos; o segundo, relacionado às teorias que têm como premissa explicar as diferenças a partir das “deficiências” do organismo e da personalidade feminina.

Dados de uma pesquisa realizada em 2001, no Brasil, pela Fundação Perseu Abramo, sobre a inserção da mulher nos espaços públicos e privados, mostram o pouco que se avançou na busca pela igualdade de gênero tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Bila Sorj (2004), analisando parte desses dados, argumenta que a mulher ainda carrega uma identidade doméstica que a torna bloqueada em sua carreira profissional e submetida a empregos de menor qualidade. Além disso, conforme a autora, quando as mulheres atuam no mercado de trabalho enfrentam uma dupla jornada, ou seja, dividem o seu tempo entre as atividades fora e dentro da casa. No entanto, entre os homens isso não acontece na mesma proporção, pois a quantidade daqueles que se envolvem nos trabalhos domésticos é ainda irrisória.

Outra análise, articulada aos dados gerados nessa pesquisa, é a de Heleieth Saffioti (2004). A autora propõe pensarmos as relações de gênero vivenciadas hoje dentro de uma ordem social denominada por ela como uma “Ordem patriarcal de gênero”, na qual há duas

categorias sociais interagindo, homens e mulheres. Dentro dessa ordem, então, os homens seriam os privilegiados, portanto, não teriam interesse em alterá-la em direção à igualdade. Conforme Saffioti, essa ordem é sustentada pela conservação de uma ideologia instaurada justamente pelos homens e apresentada aos seus subjugados como real. Essa situação, de acordo com a autora, leva ao desencontro amoroso, e para que se reverta esse processo, ou seja, para que se estabeleça o encontro amoroso, é preciso que as duas categorias sociais (homens e mulheres), heterogêneas, tenham autonomia relativa entre si.

Enfim, as discussões sobre gênero, principalmente sobre a situação das mulheres na sociedade, mostram um quadro de subordinação nas suas relações. Sem diminuir as conseqüências econômicas decorrentes dessa situação, não se pode negligenciar que essa questão está presente em outras esferas da vida social. A idéia de totalidade proposta por Scott (1990) presta-se bem à análise dos processos de busca por uma situação de maior igualdade entre diferentes parceiros de interação.

A contribuição de políticas públicas para a Justiça de Gênero: A procura de uma categoria de análise

Quando se trata da reflexão sobre igualdade de gênero, concentra-se a discussão nas categorias igualdade, equidade e diferença. Há um debate em torno do que deve ser o foco de disputa entre as feministas. De um lado, há aquelas que afirmam que a conquista deve-se dar a partir do estabelecimento da igualdade entre os sexos (estabelecer a participação e a distribuição igualitária de bens), e de outro, aquelas que enfatizam as diferenças, principalmente em termos culturais (reconhecimento e a revalorização da feminilidade) (DEERE; LEON, 2002).

Na opinião de Fraser, as debatedoras nunca entraram em acordo e sua proposta é de integrar ambas as perspectivas. Em resposta a esse debate algumas feministas contrapõem a “igualdade para” e a “igualdade entre”, ressaltando que essa último requer, para a sua concretização, “a capacidade de escolher alternativas e decidir entre estas, ou a igualdade entre indivíduos com a mesma capacidade de exercer poder e autoridade” (DEERE; LEON, 2002, p. 47).

Dentro do projeto de justiça⁵, assumido por Fraser, as discussões produzidas a partir de questões que envolvem a categoria gênero constituem-se em construções propositivas, que levam em conta diversos eixos da diferenciação social, e passam pela abordagem de duas dimensões (distribuição e reconhecimento).

A perspectiva distributiva, conforme Fraser (2001), relaciona-se à posição da mulher ao esquema de diferenciação de classe, enraizada na própria estrutura econômica da sociedade, na divisão do trabalho social, na qual as atividades consideradas produtivas são referenciadas aos homens e, em contrapartida, as atividades reprodutivas estão relacionadas às mulheres. Na divisão do trabalho pago, essa dicotomia também aparece, visto que os melhores salários são os dos homens e os menores, das mulheres. Como consequência desse fato, segundo a autora, há uma estrutura econômica que gera formas específicas de injustiça distributiva baseadas em gênero.

Além das questões econômicas, existem outras condições materiais e objetivas que colocam em evidência as desigualdades sociais, pois os indivíduos se situam de forma diferenciada na estrutura social. Fraser (2001) destaca como exemplos dessas condições: renda, propriedade ou posse, acesso ao trabalho pago, educação, cuidados com a saúde e tempo de lazer.

Da mesma forma, é possível verificar, a partir da perspectiva do reconhecimento, que gênero aparece sustentando uma diferenciação de status. Nesse sentido, a injustiça de gênero associa-se a uma sociedade permeada de interações sociais que têm como padrão institucionalizado de valor cultural traços associados à masculinidade, ou seja, é androcêntrica.

Fraser (2001) sugere, então, uma abordagem necessária que combine uma política de redistribuição com uma política de reconhecimento, visando o combate à subordinação das mulheres.

A concepção de justiça, da autora, requer a paridade de participação de todos os sujeitos de interação. Para tanto, são necessários acordos sociais que permitam a esses sujeitos interagirem uns com os outros, como pares. Fraser acrescenta que para se constituir essa paridade de participação é preciso garantir duas condições. Por um lado, a distribuição de

⁵ Nas palavras de Fraser: "rompo com as abordagens de políticas femininas centradas exclusivamente em gênero. Ou seja, situo lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática institucionalizante, cruzando os múltiplos eixos de diferenciação social" (FRASER, 2002, p.63).

recursos materiais⁶ (justiça distributiva), assegurando independência e voz aos participantes e por outro, a inter-subjetividade (política de reconhecimento), associada ao respeito a todos os participantes e à oportunidade igual para que se alcance a estima social. Portanto, percebe-se que a primeira condição refere-se à estrutura econômica e a segunda à estrutura cultural.

Em outra obra, Fraser (2001) constrói tipos ideais de coletividades sociais relacionando-os a diferentes tipos de injustiças. E para cada uma delas, a autora associa diferentes “remédios” que teriam como objetivo curar os males que provocam a injustiça. Para a autora, também existem categorias que articulam demandas combinadas por “remédios”, que em sua opinião são gênero e raça, que apresentam eixos culturais e socioeconômicos da injustiça.

Esses “remédios” estão associados ao tipo de efeito que se pretende atingir. A autora distingue aqueles que visam ‘afirmação’ daqueles que visam a ‘transformação’. Conforme Fraser:

Por remédios afirmativos para injustiça entendem-se remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Por remédios transformativos, em contraste, entendem-se remédios orientados para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz (FRASER, ..., P. 266)

A questão que se coloca passa pela reflexão dos tipos de experiências possíveis a partir da promoção de determinadas políticas públicas. Afirmar que a questão de gênero passa pelo cruzamento de dois eixos da diferenciação social e propor diferentes medidas que visam neutralizar os elementos constituidores dessa desigualdade resolve uma parte da problemática, no entanto não oferece recurso analítico para refletir que tipos de resultados apresentam ou os processos construídos a partir de sua implementação.

Uma categoria interessante para se pensar os processos de mobilização e ação em torno da busca pela afirmação de direitos e pela tentativa a superação das desigualdades existentes entre mulheres e homens é a de empoderamento e suas implicações em diferentes esferas como a econômica, a social e a política.

De acordo com Carmen Deere e Magdalena Leon (2002):

⁶ Conforme Fraser, "Essa condição objetiva evita formas e níveis de dependência econômica e desigualdade que impedem a paridade de participação. Assim sendo, evitam-se arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as enormes disparidades de riqueza, renda e tempo de lazer, que acabam negando a algumas pessoas os meios e as oportunidades de interagir com outros como pares" (FRASER, 2002, p. 67).

Obter a igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação essa que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. Para as feministas, o empoderamento implica “a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como um gênero” (Young, 1993, p. 158). Porém, o termo “empoderamento” tem sido usado em múltiplos sentidos, nem sempre com um sentido de emancipação (p. 52).

Torna-se importante a discussão sobre empoderamento visando superar a tensão gerada entre os que têm e os que não têm poder. Ou seja, ultrapassar a relação de soma zero que se estabelece a partir do momento em que sujeitos e/ou grupos adquirem poder em detrimento de outros. Ou, ainda, como sugere Bourdieu⁷, quando estabelece que a vida social realiza-se num campo de forças na qual existem posições marcadas em diferentes pólos.

Sem negligenciar essas proposições, há de se questionar, pelo menos, se os sujeitos e ou grupos pertencentes a um pólo inferior na hierarquia social procuram superar essa situação tentando estabelecer um novo processo desigual de ocupação no campo social.

As autoras, por exemplo, sugerem que o termo empoderamento deve ser tratado como um processo que proporciona a obtenção de poder, não nos termos colocados acima, mas no sentido de ter “poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento (...) e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada” (DEERE; LEON, 2002, p. 53). E acrescentam: “o termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social (...). As relações de poder podem significar dominação, mas também podem ser um mecanismo de resistência ou tomada de poder sobre formas existentes do mesmo. Para aprofundar o desenvolvimento do conceito de empoderamento, Jo Rowlands (1997, p. 218-223) diferencia quatro tipos de poder: poder *sobre*, poder *para*, poder *com* e poder *de dentro*. Poder *sobre* representa a estaca zero de um jogo: o aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa. Por outro lado, as outras três formas – poder *para*, poder *com* e poder *de dentro* – são todas positivas e aditivas: um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos” (DEERE; LEON, 2002, p. 53).

⁷ Bourdieu, Pierre. **Razões práticas** : sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2005.

O empoderamento da mulher, nesses termos, desafia as relações desiguais de gênero estabelecidas historicamente. Coloca-se em pauta a possibilidade de construção de interações nas quais as mulheres aparecem numa posição de igualdade de agir e de refletir sobre as relações de gênero, questionando e transformando essas relações. A questão do “desempoderamento” do homem, discutida por Deere e Leon (2002), constitui-se enquanto possibilidade de encarar suas parceiras de interação da mesma forma que eles encaram a si mesmos. Estabelece-se, assim, a possibilidade de posições e participação igualitárias no processo de interação.

O processo de empoderamento realiza-se em diferentes dimensões da vida social, visto que o sujeito participa, em suas interações, de diferentes esferas sociais. Não há como pensar esse processo se não de uma forma dinâmica e não fragmentada. Não há como ocorrer transformações na vida econômica, por exemplo, sem ocorrer o conseqüente processo reflexivo e de tomada de consciência dessa ação e das questões que se colocam, decorrentes dessa situação, e a posterior construção de uma nova postura de ação nessas diferentes esferas.

Deere e Leon (2002) destacam que:

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais normas dentro da família. Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem nos campos tanto material quanto psicológico. Por exemplo, a mulher começa a dividir responsabilidades anteriormente do homem, como o sustento da família. E quando o homem é liberado de estereótipos de gênero, novas experiências emocionais lhe são possibilitadas (Olavarria, 2000, p. 11-12). Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares (DEERE; LEON, 2002, p. 54-55).

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE; LEON, 2002, p. 55).

Também há de se levar em conta nessa dinâmica o envolvimento de diferentes sujeitos. A interação entre esses estabelece uma determinada situação. A presença de agentes externos ou estratégicos, por exemplo, constitui-se numa mediação necessária na totalidade desse processo.

Alguns autores trabalham o processo de empoderamento em três dimensões analíticas que permitem mensurar o impacto de uma política de micro crédito na vida de mulheres (Mayoux apud Hofmann e Marius-Gnanou, 2004):

1) O *empoderamento econômico-individual* consiste na melhoria em termos quantitativos da renda, assim como o aumento do controle sobre essa renda e dos recursos obtidos na política de crédito. Essa dimensão constrói-se no âmbito individual para verificar se existe uma maior participação das mulheres no processo decisório sobre a destinação dos recursos e da renda da família, o que não acarreta, necessariamente, em benefício apenas individual;

2) O *empoderamento pela melhoria do bem estar* envolve a construção de uma qualidade de vida melhor dessas mulheres e de suas famílias. Esse fato está diretamente relacionado ao aumento da renda, pois muda a sua participação nas despesas de consumo. Por consequência, acaba melhorando a sua posição em relação aos maridos e à comunidade em que vivem, gerando, também, maior autoconfiança e auto-estima;

3) O *empoderamento social e político* caracteriza-se por uma maior inserção em espaços sociais e políticos implicando uma maior disposição para questionar a posição inferior em que a mulher se encontra em diferentes esferas da vida social (família, no trabalho, na economia, na legislação, entre outros).

Ressalta-se que as três dimensões estão articuladas dentro de um processo de empoderamento construído ou consolidado a partir da experiência do acesso das mulheres a uma política pública de crédito. Esse processo não é uniforme a todas as pessoas e também não é possível afirmar que só existe empoderamento para aquelas(es) que acessam algum tipo de política pública. No entanto, é possível verificar a (re)construção de suas inserções em diferentes espaços de interação social. Como já colocado acima, não há como fragmentar as diferentes experiências que as pessoas participam em suas vidas. O que ocorre na esfera do trabalho, da família, entre outros, por exemplo, certamente constituirá em elementos de reflexão para outras esferas sociais.

A mulher e o processo de trabalho na agricultura familiar

A reprodução social na agricultura familiar configura-se em mecanismos e práticas que a realizam. Existe uma relação fundamental entre a unidade de produção (envolvendo a terra e o trabalho) e a unidade familiar (envolvendo os membros da família, as relações que se estabelecem entre eles e a lógica de reprodução biológica e geracional).

Chayanov (1981), por exemplo, destaca que essa relação é essencial para o equilíbrio entre o trabalho e a satisfação das necessidades da família, destacando como fator de viabilização da perpetuação desse sistema a indivisibilidade da renda obtida no trabalho agrícola. Portanto, os membros da família não são remunerados na forma de salário pela realização de suas tarefas.

Tavares dos Santos (1984), Woortmann (1990) e Tedesco (1999) salientam a importância do homem, pai de família, como o elo entre essas dimensões. Nesse sentido toda estrutura organizativa do trabalho, da terra e da família é controlada por ele.

A figura do homem, responsável pelo estabelecimento, é essencial tanto para a definição do papel de cada membro da família no processo de trabalho (TAVARES DOS SANTOS, 1984; TEDESCO, 1999) como para a definição das atividades diárias na propriedade, e sua distribuição por sexo e idade.

Brumer e Giacobbo (1993b) e Brumer (2004a) destacam que há estudos que mostram que existe uma diferenciação no trabalho realizado por homens e mulheres, o que culmina para uma oposição entre unidade de produção e unidade de consumo. Destaca-se a definição do trabalho da mulher na produção como ajuda, a quase exclusividade do trabalho feminino nas atividades domésticas, cuidados dos filhos, cuidado da horta e transformação de alimentos. Ou seja, o trabalho das mulheres relaciona-se com a reprodução do grupo familiar, enquanto que o trabalho dos homens associa-se à esfera da produção e à reprodução da unidade produtiva.

Conforme as autoras:

A diferenciação interna das unidades camponesas diz respeito principalmente a uma questão de gênero, bastante semelhante à que ocorre na sociedade em geral, através da qual os homens assumem as tarefas de caráter público, enquanto que as mulheres se restringem às tarefas de caráter privado; em que o poder dos homens na esfera pública se reflete no fato de que eles assumem a predominância nas atividades destinadas à comercialização, nos contatos com setores externos (agente de extensão, bancos e

outros), na comercialização propriamente dita, e nas tarefas menos rotineiras, embora algumas vezes também naquelas que exigem maior esforço físico (BRUMER; GIACOBBO, 1993b, p. 141).

Talvez o maior problema da divisão do trabalho seja o caráter autoritário implícito a essa forma de organização social, pois não existe muito espaço para a negociação e o diálogo interno, fato que ocorre por estar inserido num sistema de produção que não permite esse espaço de negociação, pois segue a lógica das estratégias coletivas que visam, pelo menos teoricamente, o bem-estar da família, e também por estar inserido num sistema social e cultural que relaciona atitudes autônomas apenas aos homens.

Algumas pesquisas realizadas no estado do Rio Grande do Sul apontam para uma seletividade no processo migratório rural-urbano, indicando que as mulheres jovens são aquelas que mais saem do campo. Brumer (2004b) destaca alguns fatores explicativos para tal fenômeno, entre eles, pela forma como ocorre a divisão do trabalho, principalmente entre homens e mulheres e na chefia dos estabelecimentos; pelas oportunidades de empregos fora da agricultura; e pela exclusão da herança da terra às mulheres (BRUMER, 2004b).

A chefia do estabelecimento, mais uma vez, está relacionada às tarefas da produção, ou seja, à esfera econômica, portanto, é definida como uma atividade masculina. A consequência dessa prática culmina na falta de visibilidade da participação feminina, pois uma das atribuições de chefia é estabelecer os contatos com os agentes externos, relacionados à esfera social e política (cooperativas, sindicatos, Estado), ou seja, a esfera pública.

Como o trabalho das mulheres na propriedade, geralmente, é visto como ajuda e como complementar às tarefas domésticas que executam, elas não participam de forma ativa das instâncias mais importantes relacionadas à continuidade desse sistema social, tais como as decisões referentes aos processos de trabalho, a assistência técnica e a comercialização.

Essa situação gera consequências, provavelmente não previstas dentro dessa ordem social, como o celibato masculino, por exemplo. Referenciando, novamente a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, é possível destacar, a partir das respostas dadas pelas mulheres que se encontram no meio rural, que as mulheres jovens saem do campo em busca de emprego e de uma vida pessoal mais autônoma, mesmo tendo que se submeter a uma colocação subalterna no mercado de trabalho⁸ (SILIPRANDI, 2004).

⁸ Como diz Siliprandi: “Talvez se possa afirmar que, apesar de todas as discriminações enfrentadas pelas mulheres nas cidades, elas ainda têm maiores vantagens que as rurais, no sentido de se sentirem mais livres, mais

De acordo com Siliprandi, as mulheres urbanas relacionam seus descontentamentos aos problemas com o trabalho, como menores salários, menores oportunidades de emprego, menores chances de se qualificar. Já as rurais apontam as desigualdades nas relações familiares, marcadas por padrões patriarcais, levando à situação descrita acima.

Nota-se, portanto, que as relações de subordinação no âmbito familiar, que se configuram no processo de trabalho e também nas interações afetivas, com frequência estimulam a busca, por parte das mulheres jovens, por uma vida melhor, mesmo que isso signifique inserirem-se em outro espaço, também, constituído por relações de subordinação estabelecidas pelo sistema capitalista de produção.

Brumer (1993a) mostra que a partir do início dos anos 1980 as trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul começam a chamar a atenção pública para as suas reivindicações. A divisão sexual do trabalho, na qual os homens se situam na esfera da produção e as mulheres na esfera doméstica, começa a ser questionada publicamente pelas mulheres. Inicia-se, assim, a demanda pelo reconhecimento de seu status de trabalhadoras autônomas e co-responsáveis pelo empreendimento familiar tendo como objetivo maior o acesso aos benefícios sociais, como aposentadoria por tempo de serviço e salário-maternidade.

Podemos destacar como uma ação efetiva, por parte do Estado, a criação de uma linha de crédito específica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁹, o Pronaf-Mulher, para as agricultoras no plano safra 2003-2004. O principal objetivo do programa é a promoção da autonomia das mulheres visando à superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Com o intuito de aperfeiçoar o programa, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu um espaço, nomeado como Cirandas do Pronaf para as Mulheres, de debate e capacitação das pessoas (homens e mulheres) envolvidas com o crédito, tendo como objetivo ampliar e qualificar o acesso das agriculturas ao Pronaf.

Os resultados dessas discussões foram publicados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) (2005) e mostram as dificuldades enfrentadas pelas

autônomas. Isto certamente tem a ver com a maior aceitação (da sociedade e da família), relativa a sua entrada no mercado de trabalho. Não por acaso, as opções que as jovens rurais estão buscando, hoje em dia, passam pela saída do campo, mesmo que para assumir trabalhos não-qualificados e com baixos salários nas cidades” (SILIPRANDI, 2004, p. 132).

⁹ Para saber mais sobre o Pronaf ver.. SCHNEIDER, Sergio et al. (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004..

agricultoras para se inserirem numa política pública específica. Entre as questões levantadas pelas participantes desse debate destaca-se a discriminação que as mulheres sofrem, tanto na família, pelos homens, como também nas empresas de assistência técnica, sindicatos e agências financeiras.

Portanto, é possível destacar que o processo de mobilização e de busca de reconhecimento por parte das agricultoras frente ao Estado e à Sociedade prossegue em meio a progressos e retrocessos. As dificuldades em superar discriminações sustentadas pelas diferenças de gênero aparecem ainda como um forte obstáculo para uma transformação efetiva nas relações de subordinação enfrentadas por essas mulheres.

Mesmo com as dificuldades apontadas acima, existe a expectativa de que o Pronaf-Mulher se consolide como um passo importante na reivindicação das agricultoras pelo direito de serem reconhecidas pelo seu status de agricultora e não mais como a “esposa do agricultor” e a partir de então construir a sua participação de forma mais igualitária em relação aos seus parceiros de interação.

O Pronaf-Mulher e suas implicações

Para entender como se constitui um processo e quais as implicações nas suas diferentes dimensões, torna-se necessário a inserção na realidade através da pesquisa empírica. O debate e reflexão teóricos são muito importantes, mas eles só produzem significado enquanto relacionados às dinâmicas sociais. A partir de então, fica mais claro, também, verificar as possibilidades e limites das categorias propostas para a análise de experiências sociais que buscam construir uma relação de simetria com outras pessoas, nesse caso, de igualdade entre mulheres e homens na agricultura familiar.

A pesquisa que contribui para a discussão desse artigo realiza-se na região Noroeste (microrregião de Ijuí¹⁰) do estado do Rio Grande do Sul (RS). A escolha dessa região

¹⁰ “**Microrregião** - é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.” (www.fee.tche.br).

justifica-se pelo número considerável de acessos ao Pronaf-Mulher em relação a outras regiões do Estado e, conseqüentemente, do País, já que o RS constitui-se num dos estados com maior número de participação nessa linha do Pronaf do Brasil¹¹.

As conversas realizadas com cinco agricultoras e dois funcionários da empresa de extensão rural do Estado do RS (Emater) do município de Ijuí apresentam muitos elementos para a reflexão do processo de empoderamento e suas dimensões proposta pela discussão abordada acima. As questões discutidas com essas pessoas constituem-se em indicadores que possibilitam apreender a dinâmica do processo.

Faz-se necessário esclarecer que do ponto de vista da problemática de pesquisa há um recorte temporal, o que não significa que o processo a ser ressignificado e reconstruído no trabalho não leve em conta que o processo (de empoderamento) é complexo e iniciou-se, provavelmente, antes mesmo que essas mulheres tivessem acessado o crédito e, em outros casos, não se constitui enquanto tal.

Esse fato acabou sendo ressaltado na entrevista com a funcionária Ana¹², da Emater, que salientou que existem várias situações. Existem desde agricultoras que procuram o crédito por orientação dos maridos, para que eles possam ter mais uma alternativa de crédito, até as que estão empreendendo um processo de autonomia e cidadania rompendo com o tradicional papel desempenhado por elas na propriedade e na família.

A dimensão econômico-individual

Os elementos em jogo no empoderamento econômico das agricultoras relacionam-se principalmente a quatro indicadores, o que não significa que não existam outros na construção da nova situação. Eles são: 1) acesso a alguma linha de crédito do Pronaf-Mulher; 2) decisão sobre a alocação desse recurso; 3) aumento da renda individual e, conseqüentemente, familiar; 4) acesso a diferentes bens (materiais e simbólicos) possibilitados pela renda obtida pelo empreendimento consolidado a partir do crédito do Pronaf-Mulher.

A efetivação dessa etapa do processo não se configura, apenas, por situações afirmativas ou negativas em relação aos indicadores. Mas sim através de diferentes formas

¹¹ Notícia publicada no site da emater sob o título: “**Gaúchas do campo são as campeãs em acesso ao crédito do Pronaf Mulher**” no dia 29/11/2005. (www.emater.tche.br).

¹² Os nomes atribuídos aos entrevistados foi uma criação da pesquisadora para preservar o anonimato desses, compromisso firmado durante a realização das entrevistas.

como ela se constrói, levando em conta as especificidades das relações constituídas num grupo social específico como é a agricultura familiar que se reproduz ao nível coletivo no processo de trabalho e de consumo.

Isso significa que a decisão de acessar o Pronaf-Mulher, por parte da agricultora, acaba se efetivando num processo conjunto com seus esposos, já que a sua realidade anterior configurava-se pela inserção maior no espaço doméstico, e as exigências relacionadas ao acesso ao crédito envolvem-nas em outras relações, em outros espaços. A questão aqui é observar se essas agricultoras estão participando mais nas decisões referentes à propriedade e à família no plano econômico.

A decisão e definição de acessar e como aplicar o recurso do Pronaf-Mulher para as cinco agricultoras entrevistadas foram realizadas em conjunto, não só com o esposo, como com as filhas e os filhos. O fato mais importante, porém, de acordo com elas, é a conquista de um espaço diferenciado no trabalho, resultando numa maior colaboração econômica na família, o que as coloca numa posição mais autônoma, da qual elas não abrem mão.

O momento de formulação do projeto a ser empreendido com o recurso do Pronaf-Mulher também foi construído em conjunto, mas nesse caso, não só com a família como também com a Emater. O segundo extensionista entrevistado explicou que o projeto constituiu-se a partir das possibilidades da família e das agricultoras. Ou seja, privilegiou-se uma atividade na qual as agricultoras já tinham alguma familiaridade. No caso das entrevistadas, esses empreendimentos são a produção de hortigranjeiros para duas agricultoras e a produção de produtos coloniais para as demais.

No caso da produção dos hortigranjeiros, tanto a agricultora quanto seu esposo dedicam a ele o maior tempo do trabalho, ou seja, o empreendimento está sendo gerenciado em conjunto. Já em relação à produção dos produtos coloniais, as agricultoras tomam conta, sozinhas, do trabalho e dos negócios; no entanto, elas afirmam que as vezes seus esposos e filhos as ajudam.

Outro ponto interessante foi a melhoria na qualidade e quantidade dos alimentos produzidos por elas, o que traz também bastante satisfação e perspectiva de expansão dos empreendimentos. As mulheres engajadas na produção de produtos coloniais destacaram que passaram a ser sempre solicitadas pela vizinhança para fazer os pães e cucas para as festas da comunidade.

Uma das exigências para o acesso ao Pronaf é possuir conta no banco onde será realizada a operação de empréstimo. Estabelecer uma relação com agentes bancários é algo que já fazia parte do cotidiano de apenas uma das cinco entrevistadas. Mas, como ter uma conta bancária faz parte do processo de acesso, as outras quatro mulheres também tiveram que abrir uma, sendo que duas delas têm uma conta em conjunto com os maridos e duas abriram a conta individualmente.

Possuir conta no banco, para as agricultoras, constitui-se numa situação nova e necessária para o controle efetivo da renda gerada a partir do seu trabalho no empreendimento. Uma delas comentou que nunca havia entrado num banco, o que a deixou com muito receio. Hoje, conforme ela, o medo foi superado na relação com as Instituições financeiras. Ela relatou que teve algumas dificuldades no processo burocrático de solicitação do empréstimo, pois o pessoal do banco não acreditava que ela poderia quitar a dívida e colocavam empecilhos no processo. No entanto, apesar de repensar algumas vezes, ela não desistiu, sendo apoiada pelas vizinhas que também acessaram o crédito.

A mudança na situação econômica das agricultoras pode ser verificada também pela aquisição de bens de consumo, tanto para seu próprio uso, como em benefício dos membros da família. Todas elas disseram que agora conseguem comprar mais objetos pessoais, como produtos de beleza. Destacaram também algumas aquisições para a família, como pequenos móveis, peças para banho e mesa, entre outros. O fato de elas próprias administrarem a renda obtida por seu trabalho possibilita-lhes decidir as prioridades de consumo.

Entretanto, o que trouxe mais satisfação para essas agricultoras foi o fato de, agora, poderem ajudar financeiramente seus filhos e, no caso de uma agricultora, até o esposo. As principais formas de colaboração para os filhos relacionam-se à alimentação e aos estudos. E em relação ao esposo foi a ajuda para quitar algumas dívidas.

Nota-se que a mudança esperada na situação econômica das agricultoras vem se realizando, proporcionando, inclusive, uma melhoria na sua posição nas decisões sobre o seu trabalho e sobre o consumo próprio e da família. Esse fato apresenta-se como positivo. No entanto, há algumas práticas relacionadas à totalidade do grupo familiar e da propriedade que continuam se reproduzindo, como a própria divisão do trabalho. Quando questionadas sobre o tempo de trabalho dedicado ao empreendimento e às outras atividades realizadas, todas responderam que estão trabalhando muito mais, pois além do trabalho no empreendimento, devem dar conta das atividades que desenvolvem na propriedade e das atividades domésticas

que ainda estão sob sua responsabilidade. Ou seja, não houve uma reorganização na divisão do trabalho.

A dimensão melhoria do bem estar

A melhoria do bem estar, nesse caso, está diretamente relacionada ao acréscimo da renda e da produção em termos quantitativos e qualitativos. Como destacado acima, administrar a própria renda proporciona às agricultoras a possibilidade de decidir sobre o consumo de bens destinados a si mesmas e a sua família. De forma geral, isso influencia na melhoria de seu bem estar e de sua família, já que, como apontado pela literatura, as mulheres inclinam-se mais a agir visando o bem estar de todos os membros do grupo familiar. Isso se verifica até pela ajuda financeira, principalmente, aos filhos.

A satisfação gerada a partir dessa nova situação é reflexo da maneira como essas agricultoras passam a serem vistas pelos membros da família e pela comunidade. Uma das questões discutidas com elas nas entrevistas era se elas consideravam que seus esposos, filhos e filhas passaram a valorizá-las mais após seu acesso ao crédito e o estabelecimento de um projeto próprio. A resposta foi afirmativa para todas.

A avaliação delas em relação à forma como a comunidade encara os novos empreendimentos é bem positiva, tanto é que elas afirmam que algumas agricultoras vizinhas que não acessaram o Pronaf-Mulher mostram-se arrependidas e dispostas a fazer o financiamento quando tiverem oportunidade.

O fato da demanda pelos produtos de seus trabalhos ter aumentado consideravelmente influenciou de forma decisiva no aumento da auto-estima dessas agricultoras. Uma delas destaca que passou a fornecer produtos para as festas da comunidade e que sempre é muito elogiada e diz: “se não fosse o maquinário adquirido através do financiamento do Pronaf-Mulher, eu não conseguiria produzir tanto. Para a última festa foram cinquenta cucas” (Isabel, agricultora, 50 anos).

Outra modificação interessante decorrente desse processo refere-se à pauta dos encontros realizados na comunidade com o grupo de mulheres, geralmente mediadas pela Emater municipal. Conforme as agricultoras, a Emater passou a oferecer cursos que visam contribuir para a melhoria da produção de seus empreendimentos. Uma relação mais estreita, também, entre as próprias agricultoras e a Emater, conseqüentemente, proporcionou uma

maior vontade de participar desses grupos de forma mais ativa. Isabel destacou também que perdeu um pouco da timidez de falar nas reuniões, principalmente quando conta sobre seu trabalho. Em uma reunião realizada pela Emater, na qual se encontravam agricultoras de diferentes comunidades do município, foi solicitada a contar como foi o processo de acesso ao Pronaf-Mulher e como estava se constituindo o seu empreendimento. Essa experiência foi destacada por Isabel como muito importante, por ela ter se sentido à vontade para falar sobre algo que conhecia bem.

De modo geral a busca pela melhoria do bem estar individual e coletivo atravessa tanto o eixo econômico, por possibilitar um aumento quantitativo da renda e da própria transformação da relação das mulheres com o próprio trabalho; como o eixo social, pela mudança qualitativa na sua participação nos diferentes espaços da comunidade.

A dimensão social e política

A maior disponibilidade e vontade de participar de grupos constroem-se a partir de uma nova situação nas esferas do trabalho e da família, mesmo que o foco principal de discussão para essas agricultoras não passe do âmbito dos espaços da família e da comunidade.

O tipo de questionamento sobre a desigualdade de gênero no acesso a diferentes bens e na inserção de espaços sociais parte, nesse primeiro momento, apenas da experiência das agricultoras. O foco do debate, para elas, localiza-se no entorno das condições de trabalho, da sua remuneração e da colaboração para melhorar o bem-estar de sua família.

Mais uma vez, a participação dos extensionistas da Emater aparece como ponto fundamental da direção da discussão. As posições dos dois entrevistados, um homem e uma mulher, são bem diferentes em relação à questão de gênero, o que se reflete diretamente nos trabalhos realizados pelos ambos com as agricultoras.

Ana, extensionista do escritório regional de Ijuí, destaca como a maior conquista dessas mulheres no acesso ao Pronaf-Mulher justamente o fato de possibilitar uma maior reflexão em torno das diferenças entre os homens e mulheres no campo, no que tange às relações sociais. Para ela, se o acesso e implementação de um empreendimento próprio não alterar a posição dessas mulheres na família, na comunidade e na sociedade para uma posição

mais autônoma e consciente dessas questões, então, essa política pública não atingirá seu objetivo e não fará sentido nenhum acessá-la.

Já a opinião do outro extensionista do escritório municipal, Evandro é bem diferente. Ele salientou que a unidade familiar sempre deve ser o centro do processo, independentemente de quem “encabeçar” os empreendimentos (se os homens ou mulheres); deve-se sempre ter em mente a melhoria da propriedade. Quando questionado sobre o que ele achava sobre uma política específica para as mulheres e qual seria a posição da Emater em relação ao Pronaf-Mulher, ele destacou que essa linha de crédito é mais uma possibilidade de crédito, como as outras, para a propriedade acessar.

Enquanto Ana afirmava a importância do crédito para os projetos que visam superar a desigualdade de gênero na participação na unidade produtiva, Evandro não coloca essa questão, pois não enxerga essa desigualdade, ratificando a importância da unidade produtiva como um todo.

A própria percepção dos extensionistas sobre a diferença entre os agricultores e agricultoras carrega a diferenciação de gênero e, como colocado acima, esse fato destaca-se nos assuntos tratados nos encontros com as agricultoras. Enquanto Ana faz questão de trabalhar no sentido de criar um debate que ultrapasse o contexto pessoal das agricultoras para que elas possam refletir sobre a problemática de gênero, Evandro organiza encontros promovendo cursos que objetivam agregar conhecimentos técnicos para a melhoria do produto e o aumento da produção.

Considerações finais

A análise realizada nesse artigo apresenta algumas limitações em relação à representatividade de um fenômeno social. No entanto, apesar da realização, até o presente momento, de apenas cinco entrevistas com agricultoras da região, esse material fornece elementos interessantes para refletir sobre as experiências e vivências criadas e recriadas numa situação de acesso a uma política pública.

Como destacado acima, não é possível afirmar que esse processo se efetiva na mesma direção para todas as agricultoras, mas é possível refletir, mesmo que a partir de um grupo pequeno de mulheres, quais são as implicações da nova situação.

Como aspectos positivos apresentam-se, por exemplo, o acesso e controle de uma renda própria que desencadeia outras situações valorizadas pelas mulheres, como sua maior participação nas despesas voltadas para o consumo da família, acarretando um maior bem-estar pessoal e coletivo. Esse fato, como já salientado por Deere e Leon (2002), oportuniza aos esposos liberarem-se da responsabilidade econômica e psicológica de, sozinhos, sustentar a família.

Por outro lado, uma discussão interessante que poderia entrar em pauta, mas que por enquanto não foi abordada por nenhuma das agricultoras, é o próprio questionamento da divisão das tarefas na propriedade. Todas elas afirmam que passaram a trabalhar mais do que antes, pois não deixaram de realizar as tarefas anteriores, principalmente as domésticas. Isso significa que não houve um rearranjo na divisão do trabalho.

Outro elemento que parece influenciar bastante a maneira das agricultoras encararem esse processo é a disponibilidade, pelos dos extensionistas, de colocar algumas questões para o debate. Se de um lado existe a preocupação da mulher extensionista em ampliar a discussão sobre a desigualdade de gênero, por outro, existe certo travamento por parte do homem extensionista em abordar essa questão, provavelmente temeroso de que a autonomia das mulheres possa acarretar conflitos e a divisão familiar.

A discussão proposta no artigo, portanto, leva em conta, com base no debate atual, tanto acadêmico quanto dos próprios grupos sociais, a análise de situações concretas no sentido da construção de um processo que, como salientado, apresenta resultados positivos e negativos, levando em conta as dimensões apresentadas para a análise. Esta abordagem não significa perceber a realidade de forma estanque, mas pelo contrário, percebê-la em articulação com as diferentes esferas da vida social, conforme a proposta de Scott (1990) da compreensão de totalidade, sem pretender, apenas, classificar as pessoas envolvidas nesse processo como empoderadas ou não empoderadas.

Referências

ALAMBERT, Zuleika. Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher. In: Encontros com a Civilização Brasileira. **Mulher Hoje** (número especial). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980;

BRUMER, Anita. O Sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** nº 8, vol.3 outubro de 1988.

_____. Mobilization and the quest for recognition: the struggle of rural women in Southern Brazil for access to welfare benefits. In: ABEL, Christopher & LEWIS, Colin M. (eds.). **Welfare, poverty and development in Latin America**. London: Macmillan, 1993a, p. 405-420.

_____ e GIACOBBO, Elisa Olívia. A mulher na pequena agricultura modernizada. In: **Humanas**. Revista do IFCH – UFRGS, Porto Alegre, V.16, n.1, jan/jun, 1993b, p. 139-156.

_____. A reprodução da unidade familiar de produção: gênero, herança da terra, educação e trabalho. **Anais do XXIV Congresso Latino-americano de Sociologia** (ALAS), 2003.

_____, et al. A inserção de mulheres jovens na agricultura familiar no extremo sul do Brasil. **Anais do XI Congresso Internacional de Sociologia Rural**, 2004a.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas**, Jan./Apr. 2004b, vol.12, no.1, p.205-227.

CIRANDAS DO PRONAF PARA AS MULHERES. Brasília: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead Debate 6), 2005.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO da Silva, J e STOLCKE (Org.), V. **A questão agrária**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981.

DEERE, Carmen Diana e LEON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition**. New York & London: Routledge, 1997.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 245- 282.

_____. Políticas feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da Justiça de Gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

HOFMANN, Elisabeth e MARIUS-GNANOU, Kamala. L'empowerment des femmes entre relativisme culturel et instrumentalisation dans des évaluations de la microfinance en Inde. In: **Premières journées du GRES**. Bourdeaux IV, 16-17 septembre 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth B. Gênero e Patriarcado: Violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo, et al. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 43-59.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem e a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo et al. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 121-135.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 15(2):5-22, jul/dez, 1990.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo, et al. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 107-119.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984. 2º edição.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPE, 1999.

WOORTMANN, Klaas. "Com Parente Não se Neguceia". O Camponês Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Ed. UNB e Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

ZORZI, Analisa. O Processo sucessório na agricultura familiar. **Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)**, 2003.

ZORZI, Analisa. **Transmissão da propriedade**: Uma etapa da reprodução social na agricultura familiar. Monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais da UFRGS. Porto Alegre. 2005. 64 pág.